

Metodología, métodos, técnicas

Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: *da observação participante à pesquisa-ação*¹

Cicilia M. Krohling Peruzzo

Resumo

O texto aborda os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa participante. Objetiva-se sistematizar os principais conceitos de modo a evidenciar distinções entre algumas de suas vertentes, da observação participante etnográfica à pesquisa engajada ou pesquisa-ação. Faz-se uma aproximação deste tipo de pesquisa a aquelas realizadas no âmbito da área da Comunicação Social. O texto privilegia a abordagem teórica e baseia-se em pesquisa bibliográfica. Conclui-se que a pesquisa participativa não se constitui num modelo meto-

1. Este artigo reelabora e atualiza o texto “Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos” publicado em: Melo, J. M. de, Gobbi, M. C. (Orgs.) *Pensamento comunicacional latino-americano: da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico*. São Bernardo do Campo: Umesp/ Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2004, 115-134 (*Anais da Escola Latino-Americana de Comunicação*, 7).

dológico único, embora tenham em comum a inserção e a participação do pesquisador no ambiente investigado. No caso da pesquisa-ação há também a participação ativa do grupo investigado no processo de investigação. As controvérsias acerca da validade ou não da pesquisa participativa se assentam em posições epistemológicas que caracterizam todo um debate sobre o que é considerado científico e sobre o papel da ciência na sociedade.

Palavras-chave: Pesquisa participante, Pesquisa-ação, Etnografia, Epistemologia, Comunicação, Metodologia

Resumen – Supuestos epistemológicos y metodológicos de la investigación participativa: de la observación participante a la investigación-acción²

El texto analiza los aspectos teóricos y metodológicos de la investigación participativa. Su objetivo es sistematizar los principales conceptos con el fin de poner de relieve las diferencias entre algunas de sus vertientes, de la observación participante etnográfica a la investigación acción. Este tipo de aproximación debe llevarse a cabo en el ámbito de los medios de comunicación. El texto se centra en el enfoque teórico y se basa en la investigación bibliográfica. Se concluye que la investigación participativa no constituyen un único modelo metodológico, aunque tienen en común la inclusión y la participación del investigador en el entorno investigado. En el caso de la investigación acción existe también la participación activa del grupo investigado en el proceso de investigación. Las disputas sobre la validez o no de la investigación participativa se basan en posiciones epistemológicas que caracterizan todo un debate sobre lo que se considera científico, así como el papel de la ciencia en la sociedad.

Palabras clave: Investigación participativa, Investigación-acción, Etnografía, Epistemología, Comunicación, Metodología

2. Este artículo reelabora y actualiza el texto “A partir de la observación participante de la investigación-acción en la comunicación: supuestos epistemológicos y metodológicos”, publicado en: Melo, J. M. de, Gobbi, M. C. (Orgs.). *Pensamento comunicacional latino-americano: da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico*. São Bernardo do Campo: Umesp / Cátedra UNESCO de Comunicación para el Desarrollo Regional, 2004, 115-134 (*Actas de la Facultad de Comunicación de América Latina*, 7).

Abstract – Epistemological and Methodological principles of Participatory Research: from Participant Observation to Action Research³

This article discusses the theoretical and methodological aspects of participatory research. It aims to systematize the main concepts in order to highlight distinctions between some of its different modalities, from ethnographic participant observation to engaged research, or action research. It draws an approximation of this type of search with those carried out under the Media area. The text focuses on theoretical approach and is based on bibliographic research. We conclude that participatory research does not constitute a single methodological model, although they have in common the inclusion and participation of the researcher in the investigated environment. In the case of action research there is also the active participation of the group investigated in the research process. Disputes about the validity or otherwise of participatory research are based on epistemological positions that characterize a whole debate about what is considered to be scientific and the role of science in society.

Key Words: Participant Research, Action Research, Ethnography, Epistemology, Communication, Methodology

Cílicia Maria Krohling Peruzzo. Brasileira. Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e pós-doutorado pela Universidad Nacional Autónoma de México. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (COMUNI). Áreas de interesse: Comunicação popular, comunitária e alternativa; Comunicação para a transformação social; Comunicação e cidadania; relações públicas nos movimentos sociais e comunidades; kperuzzo@uol.com.br

A pesquisa participante é um tipo de investigação controversa: prestigiada por uns e vista com desdém por outros. Ambas as posições se relacionam a própria visão que se tem sobre o papel da pesquisa e do que se considera como sendo conhecimento científico. Por outro lado, como há uma diversidade de linhas e de práticas metodológicas participativas de investigação é comum ocorrer imprecisões conceituais no tratamento do tema, inclusive no uso dos termos *pesquisa participante*, *observação participante* e *pesquisa-ação*, entre outros. Por essa razão, este texto desenvolve uma perspectiva didática, ou seja, objetiva sistematizar os principais conceitos de modo a evidenciar distinções entre suas vertentes. Também se busca fazer uma aproximação deste tipo de investigação a aquelas realizadas do âmbito da Comunicação.

3. This article elaborates and updates incorporate parts of the text “From participant observation to action research in communication: epistemological and methodological assumptions” published in: Melo, J. M. de, Gobbi, M. C. (Editors) *Pensamento comunicacional latino-americano: da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico*. São Bernardo do Campo: Umesp / UNESCO Chair of Communication for Regional Development, 2004, 115-134 (*Proceedings of the Latin American School of Communication*, 7).

Enfatizamos a área da Comunicação para situar algumas aproximações às práticas de investigação e a exemplos. No entanto, os princípios gerais e os métodos da pesquisa participante se originam de outras áreas do conhecimento, sendo amplamente aplicáveis na Psicologia, na Educação, na Antropologia, na Sociologia, no Serviço Social e na Administração. Nesta última, por exemplo, ela passa a despertar mais interesse a partir da incorporação dos estilos de gestão baseados na participação dos funcionários na solução de problemas e na definição de metas e procedimentos na área empresarial.

Este texto se limita a uma abordagem teórica e baseia-se em pesquisa bibliográfica. O objetivo é sistematizar os principais conceitos de modo a evidenciar distinções entre algumas de suas vertentes, *observação participante* – perspectiva etnográfica –, *participação observante* e a *pesquisa-ação ou pesquisa-ação participativa*. A hipótese é de que apesar da generalização que se faz nos manuais de metodologia sobre a pesquisa participante, ela comporta diferentes modalidades cujas especificidades se relacionam ao tipo de participação consumada pelo investigador e o nível de envolvimento do sujeito pesquisado, seja um grupo, uma comunidade, um movimento social ou uma instituição.

Composto de cinco partes, o artigo começa mostrando as especificidades da pesquisa participante ao se basear na inserção e na interação do investigador na situação ou grupo investigado como forma de poder compreender e captar aspectos que outros métodos não conseguem dimensionar. Em seguida, evidencia que existe um debate polêmico de base epistemológica sobre essa modalidade de investigação, uma vez confrontada com as metodologias tradicionais que pregam a objetividade no processo de pesquisa. Nas partes seguintes, o texto aponta algumas pesquisas realizadas na área da Comunicação que aplicam a metodologia da pesquisa participante; sistematiza os principais conceitos e as diferenças entre distintas modalidades na própria pesquisa participante e as agrupa em *observação participante*, *participação observante* e *pesquisa-ação*; e aborda os pressupostos epistemológicos da pesquisa participante, bem como o papel do investigador, a questão da duração necessária à uma observação para que se chegue a resultados válidos, e sobre a premissa de retorno do conhecimento aos investigados.

O sentido, ou a razão de ser,

da pesquisa participante

A pesquisa participante consiste numa investigação efetivada a partir da *inserção* e na *interação* do pesquisador ou da pesquisadora no grupo, comunidade ou instituição investigado.

Teresa M. F. Haguette (2005), elenca as definições clássicas de pesquisa participante formuladas por Eduard C. Lindeman,⁴ Morris G. Schwartz,⁵ Florence Kluckhohn⁶ e Severyn T. Bruyn⁷ e observa que cada autor indica um pressuposto específico essencial à pesquisa participante. Para efeito da síntese pretendida neste texto, tomamos a liberdade de juntá-los, como forma de propiciar uma caracterização introdutória das estratégias de inserção do pesquisador no ambiente estudado. Desse modo, a investigação participante – ou participativa – implica:

- a) Na presença constante do observador no ambiente investigado, para que ele possa “ver as coisas de dentro”.
- b) No compartilhamento, pelo investigador, das atividades do grupo ou do contexto que está sendo estudado, de modo consistente e sistematizado – ou seja, ele se envolve nas atividades, além de co-vivenciar “interesses e fatos”.
- c) Na necessidade, segundo autores como Mead e Kluckhohn, de o pesquisador “assumir o papel do outro” para poder atingir “o sentido de suas ações” (Haguette, 2005:72-73).

E para complementar o leque de situações de inserção de modo a contemplar a pesquisa-ação, acrescentamos:

- d) Na necessidade de o pesquisador não só vivenciar o contexto e as atividades, mas possibilitar ao investigado participar da realização da pesquisa cujos resultados revertem em benefício do próprio grupo pesquisado.

A pressuposição de inserção do investigador no ambiente natural de ocorrência do “fenômeno” que se pretende estudar é fundamental para compreender a pesquisa participante e pode ser tomada como a base de seus procedimentos metodológicos. No entanto, convém observar que

4. Lindeman, E. C. (1924). *Social Discovery: an Approach to the Study of Functional Groups*. N. York: Republic Publishing Co.

5. Schwartz, M.S.; Schwartz, C.G. “Problems in Participant Observation”, in *American Journal of Sociology*, 60, 1955.

6. Kluckhohn, F. (1940). “The Participant: Observer Technique in Small Communities”, in: *American Journal of Sociology*, (46).

7. Bryn, S.T. (1966). *The Human Perspective in Sociology: the Methodology of Participant Observation*. N. Jersey: Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs.

existem diferentes modalidades de pesquisa participante, as quais serão explicitadas adiante, e que os pressupostos de inserção acima elencados não necessariamente cabem em qualquer tipo de pesquisa participativa. Os itens a, b dizem respeito diretamente a duas modalidades – *observação participante* e *participação observante* – ao mesmo tempo em que nem todas essas dimensões são necessárias em todas as pesquisas que se delineiam como participativas. A ideia de “assumir o papel do outro” (item c), por exemplo, não cabe na *observação participante* tradicional em que se observa o ambiente de estudo com intencional distanciamento do mesmo. Mas, em situações extremas há quem mascara a própria condição de pesquisador para assumir o papel do outro sem ser percebido. Já o quarto pressuposto (d) diz respeito apenas à pesquisa-ação ou à pesquisa-ação participativa. Todas são estratégias distintas e sobre cada uma delas cabem critérios metodológicos pois dependem das intenções e das condições de cada investigação.

O contexto do avanço da pesquisa participante

e sua posição epistêmica

Apesar de a pesquisa participante, principalmente na perspectiva da observação etnográfica, ser tão antiga quanto a própria história da pesquisa científica, no Brasil e no que tange à área da Comunicação, é na década 1980 e no início dos anos 1990 que incorpora novas metodologias admissivas de maior envolvimento do investigador nos grupos estudados. Desenvolve-se assim sua vertente metodológica na linha da investigação participativa – da *participação observante* e da *pesquisa-ação participativa*⁸ – que galga expressiva presença nos estudos de Sociologia, na Educação e na Comunicação no Brasil, por influência de publicações⁹ sobre essa metodologia de pesquisa provenientes, principalmente da Psicologia, da Administração, da Sociologia e da Educação, num contexto ávido por mudança social.

8. Em outra parte do texto serão explicitadas as diferenças entre essas modalidades de pesquisa participante.

9. Especialmente os livros *Pesquisa participante*, organizado por Carlos Rodrigues Brandão (1981) e *Repensando a pesquisa participante*, organizado pelo mesmo autor (1999) com capítulos escritos por Paulo Freire, Fals Borda, Pedro Demo, Guy Le Boterf, entre outros. Data igualmente da década de 1980 a disponibilização do livro *Metodologia da pesquisa-ação*, de Michel Thiollent, já em terceira edição em 1988. Thiollent também publicou artigos sobre pesquisa-ação na revista *Comunicação & Sociedade*, em 1983, e no livro *Teoria e pesquisa em comunicação: panorama latino-americano*, organizado por José Marques de Melo (1983). Marcela Gajardo também publicou o livro *Pesquisa participante na América Latina*, pela editora Brasiliense em 1986, trazendo uma interessante discussão conceitual a partir da ressonância dessa metodologia em países da América Latina.

Também nas áreas da Sociologia e da Educação segundo Marcela Gajardo (1999:39), a pesquisa participante – no estilo de participação engajada de investigação social e relacionada à prática educativa – “surge, conceitual e metodologicamente, no início da década de oitenta, quando a realidade de um número importante de sociedades latino-americanas se caracteriza pela presença de regimes autoritários e modelos de desenvolvimento manifestadamente excludentes, no aspecto político, e concentradores, no aspecto econômico”. Para a autora (1999:17) e atribuindo o dito a R. Zuñica, diz que se reivindica para Paulo Freire o título de “criador” de um estilo alternativo de pesquisa e ação educativa.

Trata-se de um momento da história do Brasil em que se vive um clima sócio-político marcado por três grandes movimentos: o acirramento dos conflitos e crescente descontentamento com o *status quo*; a efetivação da abertura política, em decorrência do declínio da ditadura militar; e a vontade pública de mudança (transformação) social. A participação política e o fim das desigualdades sociais eram as demandas explicitadas pelo conjunto da sociedade, depois de longos anos de regime político de exceção. Neste contexto, a universidade repensa o seu papel na sociedade e a discussão sobre a epistemologia da ciência e o interesse em vincular a pesquisa às práticas transformadoras encontram um campo fértil.

Chega-se a admitir que

a potencialidade da pesquisa participante está precisamente no seu deslocamento proposital das universidades para o campo concreto da realidade. Este tipo de pesquisa modifica basicamente a estrutura acadêmica clássica na medida em que reduz as diferenças entre objeto e sujeito do estudo. Ela induz os eruditos a descer das torres de marfim e a se sujeitarem ao juízo das comunidades em que vivem e trabalham, em vez de fazerem avaliações de doutores e catedráticos (Fals Borda, 1981:60).

Na academia ganha força a negação da pesquisa de cunho positivista como única modalidade válida de pesquisa científica. Ocorre todo um debate sobre os limites dos estudos baseados em variáveis verificáveis matematicamente e sobre a não neutralidade da ciência. Portanto, há enormes controvérsias sobre os paradigmas positivistas que buscam a objetividade científica como único parâmetro para qualificar o conhecimento como científico.

Como explica Augusto N. S. Triviños (1990:39), o positivista “reconhecia apenas dois tipos de conhecimentos autênticos, verdadeiros, legítimos; numa palavra, *científicos*: o *empírico*, representado pelos achados das ciências naturais, o mais importante de ambos; e o *lógico*, constituído pela lógica e pela matemática”.

Orlando Fals Borda (1981:43) adverte que

não deveríamos fazer da ciência um fetiche, como se fosse uma entidade com vida própria, capaz de reger o universo e de determinar a forma e o contexto de nossa sociedade, tanto presente quanto futura. [...] A ciência é apenas um produto cultural do intelecto humano que responde a necessidades coletivas concretas – inclusive aquelas consideradas artísticas, sobrenaturais e extra científicas – e também aos objetivos específicos determinados pelas classes sociais dominantes em períodos históricos precisos. Todos sabem que a ciência é construída pela aplicação de regras, métodos e técnicas sujeitas a certo tipo de racionalidade convencionalmente aceita por uma pequena comunidade de indivíduos chamados de cientistas que, por serem humanos, estão por isso mesmo, sujeitos a motivações, interesses, crenças e superstições, emoções e interpretações do seu envolvimento social, cultural e individual. Conseqüentemente, não pode haver valores absolutos no conhecimento científico porque este irá variar conforme os interesses objetivos das classes envolvidas na formação e na acumulação de conhecimento.

A pretendida neutralidade científica é ilusória. Primeiro, porque mesmo o conhecimento objetivo não está imune a distorções como aquelas provenientes das situações artificiais criadas para a pesquisa, como, por exemplo, nos experimentos, e dos instrumentos utilizados para a coleta de dados. Um questionário pode conter perguntas incompreendidas, o que gera respostas duvidosas. Pode também forçar o entrevistado a se posicionar quanto a questões sobre o que ele ainda não tem opinião formada ou informação suficiente para poder dar repostas fidedignas.¹⁰ Segundo, por que, como foi explicitado acima, nenhum pesquisador está imune a valores, ideologias e posições políticas, que de algum modo perpassam suas escolhas teóricas e metodológicas e as interpretações de dados.

Paulo Freire já disse em 1978 que “toda neutralidade proclamada é sempre uma escolha escondida, na medida em que os temas, sendo históricos, envolvem orientações valorativas dos homens na sua experiência existencial” (Freire, 1978:89).

Em outro nível, as críticas feitas às pesquisas de cunho positivista apontam tratar-se de um “tipo de pesquisa preocupada em atingir apenas a aparência dos fenômenos sociais, o que se apresenta à verificação e/ou à experimentação; e que não reconhece que há domínios *qualificáveis* e não só domínios *quantificáveis*” (Triviños, 1990:129).

Michel Thiollent, em estudo sobre a pesquisa de opinião (1987:16-17) sintetiza as críticas ao referido modelo: a) É criticado o caráter antihistórico ou antidialético dos procedimentos que pretendem captar a realidade social

10. Ver o texto “A opinião pública não existe”, de Pierre Bourdieu (1987).

a partir de uma “fotografia” instantânea da opinião pública sem problematizar o que é opinião pública. A sociedade chega a ser considerada como adição de indivíduos e as ideologias e as culturas são vistas como adição de opiniões e comportamentos individuais. b) A concepção empirista também é criticada pelo fato de desprezar a elaboração teórica e de supervalorizar a observação concebida em moldes positivistas. Os sociólogos empiristas pretendem construir teorias não a partir de problemáticas prévias, mas, sim, a partir do processamento de dados de onde deveriam surgir os conceitos, as hipóteses e as teorias entendidas como generalizações de hipóteses empiricamente comprovadas. Afinal, todas essas operações sempre são alimentadas por uma problemática implícita, muitas vezes ideológica.

Como se pode observar, o contexto em que a pesquisa participante ganha expressividade no País é de efervescência crítica na sociedade e na academia, em que alguns dos pressupostos teórico-metodológicos são postos sob suspensão, e ao mesmo tempo buscam-se novos paradigmas. Os pesquisadores se interessam em fazer algo diferente, em realizar pesquisas que possam contribuir com a sociedade, especialmente para solucionar graves problemas provenientes das contradições de classe e para promover a mudança social. Uma luz brota das possibilidades explicitadas pela pesquisa qualitativa, que, entre suas metodologias, oferece a pesquisa participante. Estas metodologias encontram respaldo no método dialético (ou do materialismo histórico dialético), que possibilita a captação da realidade estudada em todas as suas dimensões constitutivas, desde sua história e dinamicidade que a constitui até as múltiplas determinações.

Do nosso ponto de vista, uma pesquisa ancorada no materialismo histórico dialético possui mais possibilidades de apanhar o fenômeno em sua complexidade, profundidade e dinamicidade, ou seja, em sua totalidade que atenta às origens, suas múltiplas partes constitutivas, em seus significados e nas transformações sofridas continuamente. Em outras palavras, procura captar o “movimento” e nele compreender a essência e todas as dimensões do fenômeno. Em última instância, procura-se dizer que há mais coisas a compreender e não apenas aquilo que pode ser verificado estatisticamente. Porém, esse tipo de postura epistêmica não nega a validade dos dados quantitativos; pelo contrário, os considera importante para demonstrar determinadas dimensões e proporções que é não impossível conhecer de outro modo. Enfim, existem situações em que a quantificação é necessária e pertinente. O eixo da questão é que não se pode desconsiderar os limites inerentes a qualquer metodologia, nem aceitar a idéia de que somente a informação quantificável e dita objetiva possa ter valor científico no campo das Ciências Humanas e Sociais.

Pesquisa participante

na área da Comunicação

No campo da Comunicação Social, a pesquisa participante se desenvolve em duas linhas de pesquisa principais: a) O estudo de “fenômenos”, especialmente os ligados a experiências populares e comunitárias de comunicação, no contexto dos movimentos sociais, voltados para o desenvolvimento social, até então pouco expressivos ou até ausentes no âmbito da pesquisa acadêmica no Brasil. b) Estudos de recepção de conteúdos dos meios de comunicação que ultrapassassem os padrões então predominantes focados na pesquisa de audiência e nas hipóteses sobre os efeitos dos meios nas pessoas, e pudessem apontar para outras dimensões do consumo midiático, mais precisamente compreender os mecanismos de apropriação de mensagens, ou mesmo de sua reelaboração, uma vez já se admitindo o papel ativo do receptor, ou seja, em consonância com a perspectiva teórica das mediações implicadas na recepção.

Este tipo de investigação se diferencia da tendência majoritária de cunho funcionalista e algumas vertentes do estruturalismo, pois passa a considerar como válidos outros caminhos metodológicos prevendo que o antes visto apenas como objeto de pesquisa pudesse compartilhar o papel de sujeito na investigação. Posição que admite ser o próprio processo de pesquisa passível de contribuir com o grupo investigado e não apenas os seus resultados. Nesse sentido, a pesquisa também pode contribuir para resolver problemas de comunicação, entre outros, como ajudar na melhoria das condições de existência das comunidades investigadas.

Entre as pesquisas inovadoras na área da comunicação que podem demonstrar as tendências acima referidas, estão alguns dos estudos elaborados pelos brasileiros Zaida M. C. Cavalcanti,¹¹ Regina Dalva Festa,¹² Carlos Eduardo Lins da Silva,¹³ Maria Salett Tauk dos Santos,¹⁴ Pedro Gilberto Gomes,¹⁵ Luiz Fernando Santoro,¹⁶ Denise Cogo,¹⁷ e Cicilia Maria Krohling

11. Cavalcanti, Z. M. C. (1983). “Metodologia participativa para uma pesquisa-ação: projeto Tamandarê”. Em Marques de Melo, J. (Coord.). *Pesquisa em comunicação no Brasil: tendências e perspectivas*. São Paulo: Cortez/CNPq/Intercom.

12. Festa, R. D. (1984). *Comunicação popular e alternativa: a realidade e as utopias*. São Bernardo do Campo: IMS, (Dissertação de mestrado – Comunicação Social).

13. Silva, C. E. L. da. (1985). *Muito além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus,

14. Santos, M. Salett T. (1984). *Igreja e pequeno produtor rural: a comunicação participativa no programa CECAPAS/SERTA*. São Paulo: ECA-USP. (Tese de doutorado – Comunicação Social).

15. Gomes, P.G. (1990). *O jornalismo alternativo no projeto popular*. São Paulo: Paulinas.

16. Santoro, L.F. (1989). *A imagem nas mãos*. São Paulo: Summus.

17. Cogo, D. M. (1998). *No ar... uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas.

Peruzzo,¹⁸ pela colombiana Esmeralda Villegas Uribe,¹⁹ pelos argentinos Maria Cristina Mata²⁰ e Eduardo A. Vizer,²¹ pelo uruguaio Mario Kaplún,²² e a peruana Rosa Maria Alfaro,²³ entre muitos outros. Ao tratarmos de modalidades específicas de pesquisa participante este tema será retomado.

Principais conceitos e caminhos metodológicos

da pesquisa participante

Até a essa altura do texto falamos de *pesquisa participante* de maneira genérica, cientes de que, como diz Marcela Gajardo (1999), não existe uma única maneira de defini-la. “É necessário reconhecer que a existência de tradições de pensamento distintas e de práticas de pesquisa diversas conferem alcances e significados diferenciados às atividades que se desenvolvem sob o mesmo rótulo: pesquisa participante ou investigação participativa” (Cajardo, 1999:16).

Os termos variam segundo alguma tradição teórica. Investigação-ação (ou pesquisa-ação) é uma expressão com origens anglo-saxônica (action-research) e francesa (recherche-action), desde a época de Kurt Lewin, Carl Rogers, Albert Meister, Charles Delorme, entre outros (Lopez de Cabellos, 1998:15-16). Já na América Latina, segundo a mesma autora (1998:15), se usa mais a expressão pesquisa participante (investigación participativa); na Colômbia (com Orlando Fals Borda), no Chile (com Francisco Vio Rossi), no México (Anton de Schutter e muitos outros), na Venezuela (com Marcos Brito etc.), pelo menos na fase inicial de sua incorporação.

No Brasil, a exemplo de outros países da América Latina, a expressão *pesquisa participante* tem ressonância (com Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão etc.), mas se usa também *pesquisa-ação* (com Michel Thiollent e outros). Hoje em dia a expressão *pesquisa-ação* (*investigación acción* ou *investigación-acción participativa*) é de uso corrente na América Latina.

18. Peruzzo, C. M. K. (1998). *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. São Paulo: Vozes.

19. Villegas Uribe, E. (1997). *A rádio popular da Vila Nossa Senhora Aparecida: uma proposta de comunicação popular*. São Bernardo do Campo: Umesp (Dissertação de mestrado).

20. Mata, M. C. (1983). “A pesquisa-ação na construção do alternativo”, in: Marques de Melo, J. *Teoria e pesquisa em comunicação: panorama latino-americano*. São Paulo: Cortez/Intercom.

21. Vizer, E. A. (2003). *La trama (in)visible de la vida social: comunicación, sentido y realidad*. Buenos Aires: La Crujía.

22. Kaplún, M. (1992). “El estudio de la recepción: un área prioritaria de investigación-acción ante los nuevos desafíos”. En: Marques de Melo, J. (Coord.) *Comunicación latinoamericana: desafíos de la investigación para el siglo XXI*. São Paulo: ALAIC/ECA-USP.

23. Alfaro, R. M. (2000). *Comunicación, ciudadanía, espacio local*. Buenos Aires: Centro Buena Tierra.

A tendência predominante, na produção teórica da década de 1980 sobre o assunto, é considerar *pesquisa participante* como aquela baseada na interação ativa entre pesquisador e grupo pesquisado e que o toma como sujeito e não objeto. Esta realiza-se, principalmente, na conjugação da investigação com os processos mais amplos de ação social e de geração coletiva do conhecimento que não esgota com a finalização da pesquisa.

Nesse contexto, pouco se fala de *observação participante*, modalidade metodológica tradicional nos campos da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia. Os autores se centram numa nova proposta investigativa, como alternativa de investigação – a *participação observante* do investigador e da *pesquisa-ação*–, majoritariamente vinculadas a setores subalternos e visando à sua valorização como atores do processo de conhecimento e beneficiários dos resultados das pesquisas. Portanto, a preferência é pela participação ativa do investigador que é definida como pesquisa participante, mas também identificada como pesquisa-ação, pesquisa militante ou pesquisa ativa. É que existem estilos ou estratégias metodológicas distintas de investigação. Embora todas sejam participativas, algumas privilegiam a observação, outras o envolvimento (pouco ou muito intenso) do pesquisador nas atividades do grupo investigado, e ainda há aquelas pesquisas que favorecem a participação ativa dos investigados na realização da pesquisa.

Para não deixar dúvidas sobre essas diferenças, recorremos a Michel Thiollent (2003:15), que diz: “toda pesquisa-ação é do tipo participativo: a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária. No entanto, tudo o que é chamado de pesquisa participante não é pesquisa-ação”.

A clareza desta afirmação não está refletida na produção bibliográfica disponível, pois não há precisão nas definições teórico-metodológicas e nem nas práticas de pesquisa. Em outras palavras, é comum encontrarmos estilos e propostas diferentes sendo chamadas de pesquisa participante ou de pesquisa-ação, sem as devidas distinções. Os processos metodológicos que para alguns são típicos da pesquisa-ação, outros os tomam como sendo pesquisa participante.²⁴ Há ainda quem não diferencie pesquisa-ação de pesquisa participante, nem esta última da observação participante. Como consequência, existem também estudos empíricos que, ao relatarem os procedimentos metodológicos utilizados, dizem tratar-se de pesquisa-ação, mas que, se submetidos aos conceitos teóricos revelam baixa aderência aos métodos e técnicas da mesma. Essa situação decorre dos fundamentos teóricos nos quais se ancoram os trabalhos, pois, como já evidenciamos

24. Ver por exemplo: Boterf, G. de. (1999). “Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas”, em Brandão, C.R.(Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3a. ed., 1. Reimp. São Paulo:Brasiliense, 51-81.

não existe uniformidade conceitual nem são os mesmos os parâmetros metodológicos.

Na expectativa de contribuir para elucidar tais imprecisões, propomos a sistematização da pesquisa participante em três grandes modalidades. Cada uma delas possui traços específicos que a diferencia das demais, embora tenham em comum o fato de serem participativa e implicarem na inserção do pesquisador no ambiente pesquisado. Consequente compartilham da situação vivida pelo grupo, comunidade, movimento social ou instituição, com propósitos investigativos. O que varia é o grau e a intensidade da participação do pesquisador e o papel da comunidade no processo de pesquisa. Assim sendo, pesquisa participante, para efeito didático, pode ser agrupada em três modalidades: observação participante, participação observante e pesquisa ação, como veremos a seguir.

Observação participante

Este tipo de pesquisa remonta aos estudos clássicos de comunidades desenvolvidos por antropólogos, psicólogos e sociólogos, entre outros, e que se tornaram conhecidos como estudos etnográficos e amplamente aceitos. São estudos para compreender comportamentos, estilos de vida, religiões, culturas, consumo do conteúdo midiático, tribos humanas e não humanas etc. A estratégia básica é a observação *in loco* dos fenômenos que se quer compreender. Sempre houve a busca do conhecimento para além daquele oriundo dos cálculos estatísticos.

Os pesquisadores perceberam rapidamente que muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisavam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao simples dado objetivo. Isto não significou, de começo, o abandono de posicionamentos teóricos funcionalistas e positivistas (Triviños, 1990:120).

Portanto, que nem toda pesquisa baseada na observação participante, também denominada pesquisa etnográfica, é realizada sob os parâmetros do método dialético, vertente que encontrou ressonância significativa na América Latina nas últimas décadas do século passado.

Como está em Galindo Cáceres (1998:348-349), a etnografia teve origem na Europa do século XIX e nela confluem duas perspectivas no programa positivo da ciência: como grande inventário do que se configura como social, buscando identificar o que pode levar a certas leis universais, e o encontro entre o racionalismo e o empirismo que resulta numa perspectiva teórico-metodológica como guia de reconhecimento dos fenômenos sociais.²⁵

25. Tradução da versão em espanhol feita pela autora.

As principais características da observação participante são:

- a) O pesquisador ou a pesquisadora²⁶ se insere no grupo²⁷ pesquisado, participa de suas atividades na condição de observador/a, ou seja, acompanha as situações de vida do ambiente investigado. Assim, o investigador mantém uma distância tática para não se confundir como membro do grupo, exceto em situações especiais em que se rompe essa condição;
- b) O observador pode ser “revelado” ou “encoberto”, ou seja, o grupo pode ter ou não conhecimento de que está sendo investigado. A estratégia mais usual é que seja relevado, até porque é de bom tom pedir a permissão ao grupo, comunidade, movimento social ou instituição para se realizar alguma pesquisa. Em geral, quando do emprego de qualquer modalidade das metodologias participativas só se inicia uma investigação se houver concordância do grupo que se pretende investigar. Mesmo quando o pesquisador já participa do grupo e decide realizar uma pesquisa, este conversa sobre essa proposta para ter a anuência do grupo. Mas, pode existir situação extrema, em que, por opção metodológica, o pesquisador decide fazer-se passar por membro do grupo,²⁸ acreditando ser a melhor forma de captar as reais condições e os sentimentos do investigado.

Não existe consenso sobre a pertinência de um tipo de inserção em que o pesquisador esconde a sua real condição de investigador (ou de jornalista em busca de um furo de reportagem) para passar como membro de um grupo e vivenciar as situações de dentro como se o fosse. Não é muito aceita por ferir os padrões da ética em pesquisa e também por se acreditar que mesmo que o pesquisador consiga viver a situação do outro, nunca deixará de ser quem ele realmente é, não havendo, portanto, como eliminar diferenças ou sentir e perceber do mesmo modo que o outro. Enfim, do nosso ponto de vista, não há necessidade de o pesquisador “se confundir” com os pesquisados, ou camuflar a sua real origem e situação no mundo, para poder captar as manifestações intrínsecas ao fenômeno e o sentido das ações do outro. As técnicas já evoluíram e sempre há alternativas para a percepção dos meandros dos fenômenos de forma transparente. No entanto, as vezes camuflar-se não se trata apenas de uma opção, mas de uma condição *sine qua non* para se conseguir penetrar em algum grupo. Então, cada caso tem suas justificações e a decisão é sempre do pesquisador em função dos objetivos da pesquisa.

26. Doravante será usado apenas no singular para melhor ritmo de linguagem.

27. Referimo-nos a “grupo” por uma questão de facilidade de linguagem, mas pode-se tratar de comunidade, bairro, instituição, movimento social, um setor de organização ou outra designação que se adegue a cada investigação.

28. Tornar-se operário da construção civil, por exemplo, como forma de estudar as condições de trabalho e o relacionamento entre patrões e empregados. Ou em outra situação como de prostituir-se para realizar determinada pesquisa em zona de prostituição. Ver *A difícil vida fácil: a prostituta e sua condição*, livro de Amara Lucia, publicado em 1884.

c) O pesquisador é autônomo no processo de pesquisa. O grupo investigado não interfere nos planos da pesquisa, na definição dos objetivos, nem no tipo de informações registradas e nas interpretações dadas ao que for observado. O papel deste é passivo (enquanto partícipe da pesquisa, embora seja o sujeito principal dela); deixa-se observar confiante de que estará contribuindo para gerar descobertas científicas (no caso de pesquisas acadêmicas); ou busca benefícios imediatos (valores, brindes, regalias), como no caso de pesquisas de mercado.²⁹

Esta característica da observação participante indica ser uma metodologia por intermédio da qual

os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada no intuito de serem mais bem aceitos. Nesse caso, a participação é sobretudo participação dos pesquisadores e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamentos que são necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado (Thiollent, 2003:15).

Se em outros campos do conhecimento a investigação etnográfica está interessada em elaborar mapas descritivos dos modos de vida dos territórios estudados, a composição familiar, suas rotinas e todas as demais dimensões da vida cotidiana e do mundo da cultura, na área da Comunicação ela dá menos ênfase nestes aspectos e ressalta a análise dos fenômenos comunicacionais, principalmente dos processos de recepção de mensagens dos meios de comunicação, as dinâmicas de funcionamento da comunicação comunitária ou os mecanismos de participação e de interação em mídias e redes sociais digitais, entre outras questões.

A observação participante realizada para investigar fenômenos de consumo da comunicação massiva em comunidades ou segmentos (mulheres, jovens, famílias.) tem sido chamada de etnografia de mídias, etnografia de audiência ou etnografia de recepção. Recentemente acrescentou-se a netnografia como neologismo para caracterizar a etnografia realizada em ambientes do ciberespaço.

Robert V. Kozinets (2014:61-62), esclarece que a “netnografia é pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal”. Portanto, os princípios da etnografia são necessários à netnografia o que pressupõe interação efetiva no ambiente investigado e não meras observações ocasionais.

29. Há que se tomar cuidado para não se criar situações artificiais que mascaram as reais condições e o dia a dia dos investigados. Do contrário, a pesquisa já nasce com viés e perde seu valor científico e ético.

A etnografia é um tipo de pesquisa que consiste na “observação participativa de segmentos do processo de comunicação de massas [e de novas mídias] com a finalidade de descobrir os comportamentos, os usos e as interpretações que faz o público dos meios de comunicação social” (Saperas, 1998:163).³⁰

Segundo Erick Saperas (1998:164), o interesse da etnografia aplicada à pesquisa de Comunicação é formar um modelo de investigação de caráter não contextual destinado a descrever como se produzem os atos de comunicação em distintas situações. Em geral, se analisa a recepção dos meios de comunicação tentando observar a situação em que se produz esta recepção e os usos sociais dos meios de comunicação.

A tendência predominante de aplicação da investigação etnográfica na área da comunicação tem sido no estudo da recepção televisiva, principalmente da telenovela. Entre alguns trabalhos de destaque estão os de James Lull,³¹ Ondina Fachel Leal,³² Jorge A. González,³³ Guillermo Orozco Gómez,³⁴ Thomas Tufte,³⁵ Nilda Jacks,³⁶ Olga Guedes,³⁷ e do Núcleo de Telenovela³⁸ da Universidade de São Paulo.

A observação participante – ou investigação etnográfica – realizada com a finalidade de observar comportamentos das pessoas em relação aos meios de comunicação pressupõe a inserção do pesquisador no ambiente investigado (uma família, uma gangue, um grupo profissional, uma comunidade etc.) e, em geral, objetiva observar como se processa a recepção das mensagens dos *mass media*, como elas são entendidas, decodificadas e reelaboradas ou entidades no contexto da cultura popular. Pode também ter **a finalidade de observar os processos comunicativos interpessoais, grupais**

30. Tradução da versão em espanhol feita pela autora.

31. Lull, J. (1988). *World families watch television*. Califórnia:Newbury Park; Lull, J. (1990). *Inside Family Viewing*. Nova York, Routledge.

32. Leal, O. F. (1990). *A leitura social da novela das oito*. 2. ed. Petrópolis:Vozes.

33. González, J. A. (1986). “Para un protocolo de observación etnográfica de los usos diferenciales y los modos de ver las telenovelas”, in: *Estudios sobre Culturas Contemporáneas*, Colima, (1).

34. Orozco Gomes, G. (1996). *Televisión y audiencias: un enfoque cualitativo*. Madrid:Ediciones de La Torre / Universidad Iberoamericana.

35. Tufte, T. (1995). “Media Ethnography: Analysis of the Use and Consumption of Media Flow in Everyday Life”. Paper apresentado no GT de Ficção Televisiva, durante o XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom. Aracaju.

36. Jacks, N.; Tufte, T. (1998). “Televisão, identidade e cotidiano”, in: Rubim, A. A. C.; Bentz, I.M.G.; Pinto, M.J. (Orgs.). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis:Vozes, 99-106.

37. Guedes, O. “Os estudos de recepção, etnografia e globalização”, in Rubim, A. A. C.; Bentz, I.M.G.; Pinto, M.J. (Orgs.) (1998). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis:Vozes, 107-118.

38. Um dos livros publicados a partir dos estudos do Núcleo é o seguinte: Lopes, M.I.V. de; Borelli, S.H. S.; Resende, V.da R. (2002). *Vivendo a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade*. São Paulo:Summus.

ou comunitários, envolvendo os meios massivos ou outros processos de comunicação, como os grupais e os meios locais e alternativos/comunitários de comunicação.

Segundo Paulo Mancini³⁹ (*apud* Saperas, 1998:164-165),⁴⁰ as finalidades da análise etnográfica são: o estudo da recepção televisiva no marco das atividades cotidianas e dos grupos primários (família, amigos, grupo escolar) ou de segmentos homogêneos de população (donas de casa, jovens, aposentados, trabalhadores em greve, trabalhadores agrupados por segmento econômico); a interação que se produz entre a televisão e o receptor individual; a relação entre receptor e receptor; a relação entre receptores e a situação de recepção ou de consumo; o uso do meio por parte do público receptor; observar os efeitos de comunicação; a interpretação das mensagens recebidas; a análise da interpretação; interpretação dos processos de codificação/decodificação; análises da capacidade de discriminação das hierarquias presentes nos noticiários televisivos.

Há que se dizer ainda que toda investigação etnográfica pressupõe a observação participante, mas que nem toda observação participante é etnográfica. A etnografia está mais preocupada com os elementos constitutivos da cultura na dinâmica do cotidiano. Quando se enfatiza a comunicação, a atenção recai nas relações das pessoas com os meios de comunicação na perspectiva da elaboração e construção de significados a partir da exposição aos conteúdos. Mas, este tipo de pesquisa pode abarcar não só estudos de recepção de mensagens da televisão ou de outros meios, de caráter convencional ou comunitário, mas estar interessada em captar outros processos comunicacionais, tais como: os sistemas de gestão de um meio comunitário de comunicação; os mecanismos de participação popular na programação; os bastidores dos momentos de produção de uma telenovela; as modalidades de comunicação grupal; os tipos de relações e interferências num departamento de produção jornalística; as relações entre pares e suas idiossincrasias num departamento de criação em agência de publicidade; os modos de interação em mídias e redes sociais digitais e assim por diante.

39. Mancini, P. (1991). *Guardando il telejornale*. Roma:RAI/VQPT. N. 108, Nuova Eri.

40. Tradução nossa.

Participação observante

Participação observante⁴¹ é um neologismo de “pesquisa participante” como forma de clarificar sua distinção de observação participante, pois trata-se de um enfoque que admite e pressupõe um nível mais elevado de participação ou envolvimento do investigador no grupo pesquisado, mas não atinge os níveis de envolvimento do investigador prevista pela pesquisa-ação. O pesquisador atua como parte do grupo investigado ao mesmo tempo em que o observa.

A seguir são explicitadas as características da participação observante:

- a) O pesquisador se insere no grupo pesquisado, participa de todas as suas atividades, ou seja, acompanha e vive (com maior ou menor intensidade) a situação concreta que abriga o objeto de sua investigação, como na observação participante, mas variando nos aspectos discutidos na sequência.
- b) O investigador *interage* como participante do grupo. Além de observar, ele se envolve, tem direito a voz e pode assumir algum papel no grupo. Trata-se de uma opção que exige muita maturidade intelectual e acentuada capacidade de distanciamento na hora da interpretação – a fim de não criar vieses de percepção e na análise –, e responsabilidade para com o ambiente pesquisado, de modo a não interferir demasiadamente no grupo ou criar expectativas que não poderão ser satisfeitas, até pela circunstância de possuir uma posição transitória no grupo.
- c) O grupo pesquisado conhece os propósitos e as intenções do investigador, e normalmente concordou previamente com a realização da pesquisa.
- d) O vínculo do pesquisador com o grupo investigado pode ser anterior ou partir do início da pesquisa.
- e) O pesquisador em geral se compromete a devolver os resultados da investigação ao grupo ou à comunidade pesquisada. Isto ocorre depois do trabalho concluído, mas nada impede que os resultados parciais sejam apresentados e discutidos durante a execução da pesquisa. Esta é uma forma de colaborar para que o grupo se conheça melhor e possa utilizar os subsídios no equacionamento de questões que lhe são pertinentes.

41. Ver Durhan (1984) e Borges (2009).

Em outros termos, na linha da participação observante (que também tende a ser nomeada de pesquisa participante), a investigação participativa na área da Comunicação tem se concretizado num tipo de pesquisa em que o pesquisador se relaciona com o grupo estudado de modo a vivenciar as atividades relacionadas ao “objeto” em estudo e desempenhar algum papel cooperativo no grupo. Em geral, isso ocorre apenas em parte da vida do grupo e não no seu todo, o que quer dizer que se participa somente nas ações diretamente relacionadas ao foco investigado. Exemplo: um pesquisador que esteja estudando uma rádio comunitária num bairro não precisa morar nele, mas deve, sim, participar de todas as reuniões da equipe de comunicação, do processo de planejamento, produção e difusão de programas, de momentos em que a rádio está no ar e de todas as demais atividades relacionadas à rádio, como uma eventual visita ao Ministério das Comunicações ou uma passeata. É recomendável ainda que participe de outras atividades importantes, tais como festas, assembleias, comemorações especiais.

A pesquisa participante, na linha da participação observante, pode se originar do interesse do investigador (às vezes com finalidade de cumprir requisitos para obtenção de títulos acadêmicos) ou de um grupo que tem a finalidade de conhecer melhor sua dinâmicas e realidade local. Contudo, esses interesses podem ser conjugados, como demonstra Maria Ozanira da S. e Silva (1986:153): “pode o pesquisador, juntamente com os grupos, elaborar e desenvolver, conjuntamente, uma proposta de investigação ou, ainda, a proposta pode se originar do investigador e contar com a participação dos grupos interessados”. Porém, reafirmamos que nessa estratégia metodológica, o nível de envolvimento do investigado é menos intenso do que aquele previsto na pesquisa-ação, mas às vezes é assim denominada pois uma e outra (pesquisa participante⁴² ou pesquisa-ação participativa) podem se referir a processos investigativos similares. Outra característica que a distingue da pesquisa-ação participativa é a maior autonomia que se reserva ao pesquisador nas decisões sobre os objetivos da pesquisa e demais processos de coleta e interpretação dos dados.

Quando se trata de pesquisa no campo dos movimentos sociais e comunitários, em geral, a motivação é compreender de modo sistemático e com base científica suas dinâmicas, limites, origens e os processos de comunicação existentes, como forma de identificar suas inovações, virtudes e avanços, mas também as falhas e os desvios das práticas sociais; levantar as práticas participativas e de gestão; ou entender os mecanismos de recepção de mensagens e auscultar as aspirações dos receptores. No meio popular e comunitário, em última instância, a pesquisa inclui a intenção

42. É comum este tipo de pesquisa ser chamada simplesmente de pesquisa participante.

de colaborar para gerar conhecimento útil à comunidade estudada, além de deixar subsídios para se aperfeiçoar o trabalho desenvolvido tanto do ponto de vista organizativo quanto nos meios de comunicação grupais ou midiáticos de alcance comunitário ou local. Paralelamente, poderá ter a preocupação de documentar a história das experiências consideradas relevantes e dignas de serem registradas e dadas a conhecer a outros públicos – como o acadêmico – e ao conjunto da sociedade.

Pesquisa-ação participativa

Toda pesquisa-ação é participativa, mas optamos pela redundância para chamar a atenção para o fato de que nem toda “ação” provocada ou permitida em investigação científica pode ser caracterizada como pesquisa-ação. A ação a que se refere este tipo de pesquisa é aquela que reserva ao grupo investigado a participação ativa em todo o processo de investigação, do planejamento à execução e às interpretações dos achados, e decorre da intenção de realizar a pesquisa como estratégia para se equacionar problemas coletivos ou institucionais. Razão pela qual pode preceder a definição de políticas públicas e de estratégias de desenvolvimento institucional, comunitário ou local.

A pesquisa-ação, na definição de Michel Thiollent (2003:14), é

um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

Como esclarece Guy Le Boterf (1999:51-52), na pesquisa tradicional a população pesquisada é considerada passiva, como simples reservatório de informações, incapaz de analisar a sua própria situação e de procurar soluções para seus problemas. Nesse caso, a pesquisa fica exclusivamente a cargo de “especialistas” (sociólogos, economistas), pois somente estes possuiriam a capacidade de formular os problemas e de encontrar formas de os resolver. Desse modo, os resultados da pesquisa ficam reservados aos pesquisadores e a população não é levada a conhecer tais resultados e menos ainda discuti-los. Enquanto isso, a pesquisa participante (na linha da pesquisa-ação)⁴³ vai, ao contrário, procurar auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise

43. O autor chama de pesquisa participante, mas de fato a proposta explícita e implícita nesse tipo de pesquisa é típica da pesquisa-ação. O autor não usa a denominação de pesquisa-ação no decorrer do texto citado.

crítica destes e a buscar as soluções adequadas. Desse modo, a seleção dos problemas a serem estudados emerge da população envolvida, que os discute com especialistas apropriados, não emergindo apenas da simples decisão dos pesquisadores.

Apesar de certa redundância, a seguir rerepresentamos características das modalidades anteriormente discutidas mas que são válidas para a pesquisa-ação participativa, e acrescentamos outras, típicas desta.

- a) O pesquisador se insere no grupo pesquisado e participa de todas as suas atividades, ou seja ele acompanha e vive intensamente a situação concreta que abriga o “objeto” – agora elevado a condição de sujeito – de sua investigação.
- b) O investigador *interage* como membro do grupo, porém há situações em que seu papel de pesquisador é nítido ao desempenhar a função de coordenar a investigação. Ao observar ele ao mesmo tempo se envolve, assume papéis no grupo e ajuda na mobilização em torno da pesquisa. Além de maturidade intelectual, se requer dele conhecimento acurado da metodologia da pesquisa-ação e capacidade de coordenar equipe.
- c) O pesquisador pode ser membro do grupo ou apenas se inserir nele para realizar a pesquisa.
- d) O grupo pesquisado não só conhece os propósitos e as intenções do investigador, mas concordou previamente com a realização da pesquisa e colaborou na definição de seus traços fundamentais.
- e) A pesquisa implica no engajamento das pessoas do grupo ou comunidade no processo da pesquisa. Estas participam da formulação do problema – pois o tipo de pesquisa decorre, em geral, de uma situação prática vista como problemática – e dos objetivos; ajudam no levantamento dos dados (aplicação de questionários, se for o caso); participam de reuniões, seminários, assembleias ou de grupos de discussão montados para tratar do tema da pesquisa; e se envolvem na discussão e interpretação dos resultados.
- f) A pesquisa tem o propósito de contribuir para solucionar alguma dificuldade ou um problema real do grupo pesquisado, pois é vista como parte de um processo de geração de conhecimento coletivo capaz de ajudar na mobilização e nas mudanças pretendidas.
- g) Os resultados – e o próprio processo da pesquisa – reverterem em benefício do grupo, pois servem para o auto conhecimento e de subsídios para o encaminhamento de soluções demandadas in loco. Correlato a esse propósito, é

natural que o pesquisador se comprometa a devolver os resultados finais da investigação ao grupo ou à comunidade pesquisada, além de facilitar o acesso aos próprios resultados parciais que podem ser discutidos no decorrer da pesquisa.

Na área da Comunicação, a pesquisa-ação participativa, quando desenvolvida, procurou contribuir para subsidiar a melhoria dos modos de comunicação dos grupos populares. No entanto, a literatura disponível⁴⁴ indica ter havido mais aplicação da metodologia da participação observante do que da pesquisa-ação participativa propriamente dita, mesmo sendo nomeada de pesquisa-ação.

Em qualquer uma das três modalidades, paralelamente à observação direta, o pesquisador pode aplicar técnicas complementares para coleta de informações - mas não é uma exigência do método -, como o estudo de documentos do próprio grupo; a entrevista (tanto no formato semiestruturado como a entrevista em profundidade – a história oral, por exemplo); grupo de discussão; aplicação e questionários; e o manuseio de dados secundários (informações estatísticas e de outra ordem já disponíveis em órgãos públicos e privados).

A questão central nesse tipo de investigação é a qualidade da participação tanto do investigador quanto do grupo pesquisado, porém há que se reconhecer que nem toda investigação-ação outorga a mesma importância à participação do investigado.

Por outro lado, alertamos que mesmo a *pesquisa-ação participativa* – que apresenta características tão singulares - não detém um modelo metodológico único. Ela pode se configurar em vertentes distintas, desde modelos que servem quase como catarse grupal e de autoreconhecimento (pessoal ou coletivo) até aqueles que praticam menor grau de participação dos investigados no delineamento da pesquisa reservando o direcionamento da mesma ao pesquisador (visto como especialista). Neste último caso, se justificaria até ser denominada simplesmente de *pesquisa-ação* (sem o adjetivo participativa). Pressupõe ação e pressupõe participação, mas não necessariamente esta última se dá com alto nível de autonomia. Este tipo de prática é bastante comum na pesquisa-ação quando encomendada por empresas ou outras instituições uma vez interessadas em conhecer a própria situação para melhor enfrentar eventuais problemas e delinear estratégias de gerenciais futuras. A pesquisa é vista como um modo de provocar mudanças e envolver um corpo de funcionários na solução de problemas. Em casos assim, segundo Thiollent (1981:77),

44. Provavelmente muitas das pesquisas realizadas nessa perspectiva na América Latina não tiveram ampla divulgação, o que limita o acesso ao conhecimento produzido.

os grupos sabem que estão sendo investigados e colaboram com os investigadores para elucidar certos problemas encontrados na situação. Essa elucidação se dá através de entrevistas coletivas, de seminários de discussão, de reação a certos acontecimentos provocados e de outros procedimentos que foram bastante usados no contexto das organizações ou de empresas modernas. [...] A mobilização das pessoas implicadas no problema estudado ajuda a modificar as atitudes, os efeitos e os comportamentos individuais. [...].

Em síntese, sob a denominação de pesquisa-ação se configuram vertentes como aquelas que “recomendam uma simples participação ou colaboração dos indivíduos interessados e as outras, mais radicais, nas quais são enfatizadas as exigências de ação, inclusive em sua dimensão social e política” (Thiollent, 1981:77), cujos parâmetros principais foram explicitados nas páginas anteriores.

Pressupostos epistemológicos

da pesquisa participativa

Questão do método

A discussão sobre os *métodos e técnicas* empregados na pesquisa qualitativa e, especialmente, na pesquisa participante, é muito rica e polêmica. Rica porque remete aos pressupostos epistemológicos da ciência e provoca um debate salutar sobre os critérios da cientificidade. Polêmica porque trata-se de um grande embate entre correntes distintas de pensamento, como a positivista, a fenomenológica, do materialismo histórico dialética e a construtivista, no qual não há vencedores nem vencidos. Cada corrente tem suas razões e convicções, e não se predispõe a ceder em suas posições, já que todos se fundam em paradigmas científicos ou concepções e teorias de ciência, que são antagônicos entre si. Entretanto, as controvérsias geram desafios que remetem a questionamentos sobre determinadas “certezas” metódicas e, ao mesmo tempo, sobre a pertinência em se aperfeiçoar os processos metodológicos em busca da qualidade e avanço crescentes da investigação científica.

A discussão fundamental remete à cientificidade dos resultados, ou seja, no debate sobre em que situação investigativa os resultados são confiáveis e válidos, do ponto de vista científico. As questões de fundo são a da *objetividade científica*, defendida por uns, e na *pseudo neutralidade da ciência* dita objetiva, apontada por outros, conforme já foi apontado brevemente

em páginas anteriores. É nesta perspectiva que a não neutralidade, claramente assumida pelos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa participante, é duramente criticada por correntes positivistas e empiristas como comprometedora dos resultados da investigação. Como diz Jorge A. González (2007:50), para a “a perspectiva empirista, a realidade é real e se captura através de experiências sensoriais”, a cargo do pesquisador e por meio das competências metódicas. Se privilegia o objeto (fenômeno investigado) sobre o sujeito (pesquisador). A este competeria aplicar o “Método Científico, que é o hipotético dedutivo e que opera através da experimentação e da generalização empírica [...]” (González, 2007:50), para obter resultados científicos. Desse modo, tudo que foge dessa lógica não é reconhecido como capaz de gerar conhecimento científico, o que não é aceito por correntes que prezam as perspectivas dialéticas, fenomenológicas e construtivistas de pesquisa.

Discutir os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa é apontar para o âmbito da epistemologia da ciência, quer dizer, para o estudo crítico de princípios, hipóteses e métodos implicados nos resultados do conhecimento científico. Nessa perspectiva, para a compreensão da pesquisa participante em suas diferentes modalidades, há que se reconhecer que os seus pressupostos metodológicos põem em xeque noções empiristas e apriorísticas (o sujeito se sobrepõe ao objeto), que indubitavelmente questionam as visões tradicionais da relação sujeito-objeto. Na pesquisa participante – nas vertentes engajadas – essa relação é modificada, já que potencializa a transformação do objeto em sujeito.

Como diz Orlando Fals Borda (1981:59), o propósito não é formar

um novo paradigma científico para substituir qualquer um já existente, através da pesquisa participante. No entanto, podemos nos aproximar de um tipo de brecha metodológica se os pesquisadores engajados seguirem os efeitos dinâmicos do rompimento da díade sujeito-objeto que esta metodologia exige como uma de suas características básicas. São muito evidentes as potencialidades de se obter um novo conhecimento sólido a partir do estabelecimento, na pesquisa, de uma relação mais proveitosa sujeito-objeto, isto é, uma completa integração e participação dos que sofrem a experiência da pesquisa.

Paulo Freire (1981:35) é mais enfático:

Se minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que

participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles um conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência quotidiana) se torna um novo conhecimento.

Trata-se de uma posição que admite que o conhecimento pode ser construído (González, 2007) na relação sujeito-sujeito, portanto se contrapõe à visão de ciência que se autoproclama neutra por lidar fórmulas metodológicas objetivas cujos procedimentos podem ser tecnicamente controlados em laboratório ou por meio de outros instrumentos e de cálculos matemáticos e projeções estáticas, ou ainda na análise fria de documentos e mensagens, portanto tidos como imunes ao subjetivismo humano.

Afinal, um conhecimento objetivo, atual e rigoroso não tolera a interferência dos valores humanos ou religiosos. Foi nesta base que se construiu a dicotomia sujeito-objeto. No entanto, a distinção sujeito-objeto nunca foi tão pacífica nas Ciências Sociais quanto nas Ciências Naturais (Santos, 1999:50).

Edgar Morin (2001:311) também reconhece esses antagonismos:

Não condeno, ao contrário, adiro plenamente à rejeição científica necessária do subjetivismo, isto é, da idiosincrasia afetiva, do egocentrismo, do etnocentrismo, da opinião arbitrária. Mas, importa distinguir a realidade da subjetividade e a ilusão do subjetivismo. É porque esta distinção não foi operada que a luta elucidativa contra o subjetivismo tornou a ciência cega para o sujeito. Aqui, quero mostrar que o desenvolvimento da luta contra o subjetivismo exige o reconhecimento do sujeito e a integração crítica da subjetividade na busca da objetividade.

A transformação da relação sujeito-objeto em sujeito-sujeito não implica a aceitação da interferência *deliberada* do subjetivismo e de pré-conceitos fincados em pressupostos político-ideológicos, indubitavelmente presentes em cada pesquisador, na observação de fenômenos, nem na interpretação e análise dos observáveis. Do pesquisador engajado, também se espera maturidade intelectual suficiente para processar sua investigação com base em hipóteses ou questões de pesquisa sustentadas em teorias e, ainda, que possa captar os movimentos do “fenômeno” em suas origens, estruturas, relações e no movimento, portanto distanciando-se de suas idiosincrasias e de um olhar parcial, superficial ou falso da realidade. Posição epistêmica que não advoga neutralidade na ciência. Em outros termos, dependendo do que se quer saber, se a pesquisa for fundamentada em teorias e realizada com competência e discernimento metodológico, independente do tipo de técnica, concorrerá a resultados fidedignos.

Questões operativas

Papel do pesquisador

No item precedente realçamos aspectos da posição epistêmica existente em qualquer pesquisa. Intrinsecamente ligado a esta questão cabe refletir sobre o papel do investigador – observador ou engajado – no processo de pesquisa participativa.

Essa discussão é pertinente, primeiro porque o pesquisador pode, por intermédio de sua presença, interferir no contexto que investiga, qualquer que seja a sua condição de inserção. Tanto se for alguém de fora que se insere num grupo apenas para observá-lo, quanto se for alguém que ao fazer parte ativa do grupo – com a postura de interferência proposital –, tendo por base o objetivo não só de coletar informações, mas de colaborar de alguma forma com o grupo investigado.

Segundo, ao mesmo tempo em que o investigador pode interferir no grupo pesquisado, ele se torna receptáculo de influências, estando sujeito a transpor um subjetivismo que poderia comprometer o estudo. Apesar de todos os cuidados que se pressupõe sejam tomados por quem faz uma pesquisa participativa – até em razão da disponibilidade de técnicas disponíveis –, as influências sofridas e o fator humano implicados no processo são pontos criticados, por serem considerados transgressores dos princípios da neutralidade e, conseqüentemente, comprometedores dos resultados.

Uma vez consciente dessas implicações, cabe ao pesquisador reconhecer que a observação depende de sua capacidade de entender, discernir e estabelecer relações entre as partes e o todo. Sobre essa atribuição do pesquisador nos fala claramente Jesús Galindo Cáceres (1998:350): “a etnografia depende menos de instrumentos de registro e mediação do que de outras formas técnicas de pesquisa; aqui o investigador está no centro, tudo depende de sua formação; a diferença entre um novato e um especialista é enorme e definitiva”.

Em decorrência das competências desejáveis, mas principalmente da perspicácia necessária diante de situações não previstas ou inusitadas, a pesquisa que depende da participação ativa no pesquisador é uma das mais difíceis de serem realizadas. Seus pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos, bem como a confluência de técnicas,⁴⁵ são elementos chave para o bom desempenho na realização de uma pesquisa competente e com validade científica.

45. Fazer uso simultaneamente de outras técnicas, além da observação direta, como a entrevista em profundidade, o estudo de documentos e a triangulação.

Terceiro, como a presença do pesquisador pode ser revelada ou encoberta, formal ou informal,⁴⁶ fazer parte integral ou periférica,⁴⁷ a estratégia adotada requer flexibilidade para corresponder às expectativas do grupo investigado. Em qualquer situação, exige-se do pesquisador a definição clara do problema de pesquisa e de procedimentos metodológicos coerentes aos mesmos de modo a delinear as estratégias no sentido de evitar as possíveis distorções e comprometimento dos resultados.

Tempo necessário de permanência no campo

Outra questão importante é quanto ao período de tempo necessário para permanência do investigador no ambiente estudado. Não existe um tempo ideal que possa ser pré-fixado. Depende do tipo de objeto, de quão rápida ou demoradamente ele se revela ao investigador, das condições em que os mecanismos internos do “objeto” se dão a conhecer ao pesquisador e da capacidade deste em captar suas manifestações explícitas e implícitas. Mas, é óbvio que o tempo não pode ser curto demais. Poderão ser meses, um ano ou mais. Depende dos propósitos e estratégias metodológicas. Tanto a participação observante quanto a pesquisa-ação participativa, por exemplo, exigem grande respeito à dinâmica interna dos grupos em seu tempo de maturação e desenvoltura organizativa. Da mesma forma, na observação participante ou etnográfica, exige-se um período de tempo relativamente longo para se conseguir uma visão mais consistente do fenômeno analisado em suas configurações e implicações.

O etnógrafo não pode ter pressa, ainda que a tenha. [...] Uma observação com ênfase etnográfica supõe que o observador esteja ali, onde busca o sentido, dia após dia, semana após semana, mês a mês. O que ocorre em uma ocasião pode não ser importante ou pode ser o centro (Galindo Cáceres, 1998:353).

Retorno do conhecimento

A devolução dos resultados do estudo científico àqueles que foram pesquisados é algo esperado e às vezes até exigido por alguns grupos. Afinal, é uma das formas de retribuir pela predisposição em colaborar com a pesquisa e simultaneamente contribuir para que o grupo investigado se empodere dos resultados em termos de auto conhecimento e aplicação prol da melhoria de processos organizativos e comunicacionais, se for o caso.

46. Formal, se a inserção do pesquisador passa por algum processo de autorização formal do grupo pesquisado. Informal se a pessoa já participa do grupo e camufla a sua condição de pesquisador.

47. Inserção integral se dá quando o pesquisador passa a viver todos os momentos e realizações do grupo. Ela seria periférica quando ele só acompanha as partes ou sessões de trabalho que têm relação direta com o objeto de estudo.

As práticas de retorno do conhecimento são raras no meio acadêmico e inexistentes no empresarial/mercadológico, o que faz com que alguns movimentos sociais, comunidades, grupos étnicos, coletivos populares etc., se sintam usados e servindo apenas de “laboratório” para pesquisas. Quase sempre respondem a entrevistas, deixam-se ser observados, fotografados, filmados, mas não têm acesso ao que foi dito e interpretado sobre eles. Não é novidade que, em geral, o conhecimento gerado por meio de pesquisas retorna exclusivamente à “comunidade” científica ou aos institutos de pesquisa e às instituições e empresas que as contratam. Situação que a pesquisa participativa do campo social, baseada na participação observante ou na pesquisa-ação participativa ou vertentes similares – tende a superar. O mesmo não se pode dizer das pesquisas mercadológicas e empresariais que, apesar de apropriarem dessas metodologias, usam e conservam os resultados para os próprios interesses.

Considerações finais

A pesquisa qualitativa, a exemplo da pesquisa participante, é extremamente válida para estudos em que as dinâmicas de natureza processual proporcionam um tipo de conhecimento que os métodos e técnicas voltados a colher informação quantitativa e “objetiva” não conseguem captar.

A pesquisa participante nas suas diferentes modalidades se concretiza na observação e no recolhimento de informações – anotadas regularmente em Diário de Campo,⁴⁸ além da sistematização e na análise dos observáveis. Ela se ancora na inter-relação entre o pesquisador e a situação ou grupo estudado, e dessa relação depende a compreensão do “fenômeno” em sua essência, por intermédio das suas características, da teia de relações (processos) que o constitui e das estruturas que lhe dão forma e existência.

Por não depender de instrumentos exatos e mensuráveis, ela implica em menos controle por parte do pesquisador. Na verdade, recorre basicamente à capacidade deste para captar, compreender, discutir, interpretar e analisar o “fenômeno”. Claro que há necessidade de teorias científicas para a ancoragem teórica, porém não como uma camisa de força, pois teorias não são infalíveis e os estudos podem até colaborar para aperfeiçoá-las ou refutá-las.

A pesquisa participativa tem se configurado em diferentes modalidades, as quais para efeito didático reunimos em três – *observação participante*, *participação observante* e *pesquisa-ação participativa* – porque cada uma reúne características metodológicas distintas, mesmo possuindo algumas

48. Conforme as características de cada pesquisa podem ser agregadas outras técnicas como o grupo de discussão, entrevistas em profundidade.

dimensões convergentes de investigação. Enquanto as duas últimas representam um tipo de pesquisa engajada aos grupos investigados e voltadas para o desenvolvimento social ou de instituições, a partir do equacionamento de problemas coletivos ou institucionais, a primeira conserva um caráter mais equidistante (observação apenas) na relação do pesquisador com a situação ou grupo investigado.

Nas modalidades *participação observante* e *pesquisa-ação* o investigador/a está empenhado/a em não só “denunciar”,⁴⁹ mas agir,⁵⁰ em extrapolar os muros da universidade e dos debates puramente abstratos e pisar no “chão” das comunidades para compreendê-las e, ao mesmo tempo, colaborar para transformar a realidade com o auxílio do próprio processo de investigação (e de seus resultados), tanto pelo caráter de intervenção do investigador quanto pelo envolvimento dos investigados na realização da pesquisa.

Referências

- Borges, M. (2009). “Da observação participante à participação observante: uma experiência de pesquisa qualitativa”, in: Ramires, J. C. de L.; Pessoa, V. L. S..(Orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da Investigação*, Uberlândia: Assis Editora.
- Bourdieu, P. (1987). “A opinião pública não existe”, in: Thiollent, M. J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, São Paulo: Polis, 137-151.
- Boterf, G. Le. (1999). “Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas”, in: Brandão, C. R. (Org.). *Repensando a pesquisa participante*, 3.ed., 1.reimp. São Paulo: Brasiliense, 51-81.
- Cajardo, M. (1999). “Pesquisa participante: propostas e projetos”, in: Brandão, C.R.(Org.) *Repensando a pesquisa participante*. 3.ed., 1.reimp. São Paulo: Brasiliense, 15-50.
- Durhan, E. (1984). “Movimentos sociais, a construção da cidadania”, in: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, (10), 24-31, out.
- Fals Borda, O. (1981). “Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular”, in: Brandão, C.R. (Org.). *Pesquisa participante*, São Paulo: Brasiliense, 42-62.
- Freire, P. (1981) “Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazer a melhor através da ação”, in: Brandão, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 34-41.
- Freire, P. (1978). *Ação cultural para a liberdade*. 3a. ed. Rio e Janeiro: Paz e Terra.
- Galindo Cáceres, J. (1998). “Etnografía. El oficio de la mirada y el sentido”, en: Freire, P. (Coord.) *Técnicas de investigación en sociedad, cultura y comunicación*. México: Pearson / Addison Wesley Longman, 347-383.

49. Denunciar as desigualdades sociais, a violação de direitos humanos, a falta de organização de base, a incomunicação.

50. Interferir na situação investigada – com a concordância expressa desta – para, por intermédio da investigação, ajudar a transformar a realidade encontrada.

- González, J. A. (2007). “Por una cultura del conocimiento”, en: González, J. A. (Coord.). *Cibercultur@ e iniciación en la investigación*. Ciudad de México: CNCA/IMC/UNAM-CEICH, 32-91.
- Haguette, T. M. F. (2005). *Metodologías cualitativas na sociologia*. 10.ed. Petrópolis:Vozes.
- Japiassu, H. (1975). *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro:Imago.
- López de Ceballos, P. (1998). *Un método para la investigación-acción participativa*. 3.ed. Madrid:Popular.
- Kaplún, M. (1992). “El estudio de la recepción: un área prioritaria de investigación-acción ante los nuevos desafíos”, en: Marques de Melo, J. (Coord.). *Comunicación latinoamericana: desafíos de la investigación para el siglo XXI*. São Paulo:ALAI/CEA-USP.
- Kozinets, R. V. (2014). *Netnografía. Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto alegre:Penso.
- Morin, E. (2001). *O método II: a vida da vida*. Tradução de Marina Lobo. Porto Alegre:Sulina.
- Santos, B. V. de S. (1999). *Um discurso sobre as ciências*. 11a. ed. Porto:Edições Afrontamento.
- Saperas, E. (1998). *Manual básico de teoría de la comunicación*. Barcelona:CIMS.
- Silva, M. O. da S. (1986). *Refletindo a pesquisa participante*. São Paulo:Cortez.
- Thiollent, M. (1980). “Pesquisa-ação no campo da comunicação sócio-política”, *Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, (4), 63-79.
- Thiollent, M. (1983). “Problemas de metodologías de pesquisa-ação”, in: Marques de Melo J. (Org.). *Teoria e pesquisa em comunicação: panorama latino-americano*. São Paulo:Cortez/Intercom, 130-138.
- Thiollent, M. (1987). *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo:Polis.
- Thiollent, M. (2003). *Metodologia da pesquisa-ação*. 12.ed. São Paulo:Cortez.
- Thiollent, M. (1981). “Investigación-acción”. *Chasqui*, Equador, Ciespal (1), 76-78. Disponível em <http://chasqui.ciespal.org/index.php/chasqui/article/view/975>. Acesso em: 02 nov.2015.
- Triviños, A. N. S. (1990). *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo:Atlas.
- Vizer, E. A. (2003). *La trama (in)visible de la vida social: comunicación, sentido y realidad*. Buenos Aires:La Crujía.

Recibido: 9 septiembre, 2015 Aprobado: 14 de agosto, 2016